

## Notas finais

Maria Clotilde Meirelles Ribeiro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RIBEIRO, MCM. Notas finais. In: *Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 187-189. ISBN 978-85-232-1201-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# Notas finais

Os capítulos 2 e 3 deste trabalho foram desenvolvidos com base em pesquisa empírica finalizada em março de 2008 junto às municipalidades brasileiras que de alguma forma tinham atividades paradiplomáticas ou potencial para exercê-las. Assim, face à dinâmica do mundo contemporâneo – ainda que parte dos municípios investigados se encontre hoje sob a mesma gestão, o que sugere menor possibilidade de descontinuidade nas linhas traçadas no plano de governo instituído – convém aqui indicar possibilidades de ocorrência de alterações em alguns aspectos identificados nas organizações municipais analisadas no referido período. Evidenciando-se tal possibilidade, configura-se a probabilidade de confirmar-se um dos pontos discutidos nas análises – que salientou o fato de que a paradiplomacia municipal no Brasil tende a desenvolver ações do tipo tentativa e erro, ou, parafraseando Vigevani (2004), do tipo *stop-and-go* –, o que se deveria também ao ainda embrionário estágio de conhecimento específico dos gestores atuantes no campo das relações internacionais. Tal fato se soma às já frequentes situações constatadas em momentos de mudanças de governos, quando os que ascendem ao poder frequentemente produzem mudanças nos direcionamentos e estratégias adotadas pelos governos precedentes. Isso é fortemente preocupante, em especial nas questões ligadas às políticas de longo prazo, caráter de que se reveste a “política externa” dos municípios, operacionalizada por meio da sua atuação paradiplomática.

Nesse sentido, ressalta-se como *Proxy* deste processo a constante mudança sofrida pelo órgão de relações internacionais da prefeitura de Salvador, foco do estudo de caso trazido na segunda parte do trabalho, implantado em 2005, quando foi criado o cargo de Secretário Extraordinário de Relações Internacionais. Constituiu-se a partir de então um Gabinete vinculado diretamente à Secretaria do Governo (SEGOV), ainda que o órgão tenha adotado a sigla SECRI, assumida em toda a sua linha de comunicação.

Ao final de 2007, após dois anos de atuação, a SECRI evidenciou estar “ganhando” força no sistema e implementou mudanças na sua estrutura, ampliando sua equipe, que atingiu a marca de 20 integrantes, passando a contemplar quatro áreas-coordenações (Cooperação Bilateral; Relações Multilaterais; Cooperação Descentralizada e Atração de Investimentos Internacionais). Em

adição, cria, no ano subsequente (início de 2008) nova assessoria, voltada exclusivamente para o tratamento de questões de raça e gênero, a Assessoria de África e Diáspora. Foi nestes dois momentos vivenciados pelo órgão que este trabalho se debruçou para o desenvolvimento do seu estudo de caso aportando os elementos descritivos e analíticos detalhadamente aqui apresentados. Os levantamentos, estudos e acompanhamentos realizados interna e presencialmente junto ao órgão foram finalizados em março de 2008.

Já no ano seguinte, em 2009, em entrevista complementar realizada junto ao órgão neste período, foi constatado que após as eleições municipais, a prefeitura de Salvador realizou um processo de reestruturação e extinguiu o seu Gabinete de Relações Internacionais, criando agora uma assessoria de relações internacionais, RI, da prefeitura e instituindo o cargo de assessor – ligado ao Gabinete do Prefeito. Tal mudança, conforme declarado à época pelo gestor em exercício, faria o órgão estar menos sujeito a mudanças políticas, o que, porém não se confirmou na prática, logo no ano seguinte. A assessoria, instituída em 2009, iniciou sofrendo redução de quadro de pessoal e restrição na infraestrutura anteriormente conquistada, bem como ampla mudança nos quadros, inclusive trazendo um novo titular para a condução do órgão, o qual permaneceu apenas cerca de seis meses no cargo. Internamente também foi implementada uma reestruturação no organograma, com extinção da Assessoria de África e Diáspora.

Posteriormente, ao final de 2009, o órgão volta a sofrer outra alteração do gestor titular e na esteira destas transformações, o ano de 2010 se inicia, trazendo para o órgão outra redução de infraestrutura (ainda que não fortemente significativa), no que tange a instalações prediais e equipamentos em geral e mais uma redução de equipe, que hoje está constituída por sete técnicos e nove estagiários (totalizando 16 integrantes), o que corresponde a 80% do quadro existente no período 2007-2008, apresentando ainda uma característica pouco animadora, com a parcela de quase 60% da equipe composta por estagiários. Houve ainda uma reestruturação interna, com extinção da Coordenação de Cooperação Descentralizada, tendo a Coordenação de Cooperação Bilateral absorvido as funções pela primeira desempenhadas.

Alguns prenúncios de ações parecem evidenciar, ainda que tardiamente (após cinco anos da implantação do órgão), uma tentativa de operacionalizar um ponto crucial indicado no discurso do titular à época da criação desta instância, quando da apresentação do seu plano de trabalho. Neste momento, o gestor denotou forte preocupação com a definição de uma atuação sinérgica e alinhada na esfera municipal, visto que as ações externas vinham sendo historicamente realizadas de forma dispersa no sistema da prefeitura. Hoje, parece

estar se partindo nesta direção e os gestores se mobilizam agora para constituir uma rede de contatos na estrutura da prefeitura de Salvador (PMS), na qual deverá haver um ponto focal em cada órgão do sistema PMS para contato direto com a assessoria municipal de RI e direcionamento de ações alinhadas e coordenadas de forma potencializada. Para a construção dessa proposta, a assessoria obteve apoio da cooperação espanhola por meio da AECID, a qual promoveu uma transferência tecnológica em gestão urbana, com o objetivo de criar um método de trabalho para a gestão da área internacional da prefeitura deste município.

Por fim, o órgão indica encontrar-se em fase de planejamento, já frente a uma conjuntura de recentes eleições governamentais, as quais poderão trazer um cenário que o encaminhe a prosseguir em uma trajetória de instabilidade que evidenciou passar desde a sua criação, ou quiçá, que leve a Assessoria de Relações Internacionais de Salvador a vivenciar um período de estabilidade que possa promover a institucionalização e a perenização das ações e parcerias já desenvolvidas, dando continuidade às iniciativas profícuas empreendidas nos seus seis anos de existência.